



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 385 - DE 25 DE OUTUBRO DE 1951.

Regula a administração do aeródromo de Manguinhos.

O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AERONÁUTICA,

Considerando que o aeródromo de Manguinhos, situado em terrenos da União sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica, está de fato sob a administração do Aeroclube do Brasil;
e

Considerando que é de toda conveniência regular a administração daquele aeródromo, de forma a que ali sejam centralizadas e atendidas todas as atividades da aviação desportiva no Rio de Janeiro, bem como as de aeronaves de transporte privado e de serviços especializados que tenham por base a capital do país, possibilitando o desenvolvimento dos respectivos serviços de manutenção;

Resolve:

I - a administração do aeródromo de Manguinhos, abrangendo os terrenos sob jurisdição do Ministério da Aeronáutica indicados na planta que com esta baixa, limitados pela Avenida Brasil, pela baía de Guanabara e pelos alinhamentos A, B e C e D, E, F, G, H, I e J, fica confiada ao Aeroclube do Brasil sob a supervisão e fiscalização da Diretoria de Aeronáutica Civil, observadas as seguintes normas:

- a) o aeródromo poderá ser utilizado por quaisquer aeronaves de recreio, de instrução, de transporte privado e de serviço especializado, sem discriminação ou preferência entre as do Aeroclube do Brasil e as de terceiros;
- b) os serviços de controle das operações serão mantidos pelo Aeroclube do Brasil, de acordo com os regulamentos vigentes e sob a supervisão do Serviço de Proteção ao Voo;
- c) o Aeroclube do Brasil promoverá a manutenção do aeródromo e das instalações que ali utiliza, independentemente dos trabalhos ou obras de conservação, de melhoramento ou de ampliação que o Ministério da Aeronáutica mandar executar;
- d) mediante aprovação de plantas e estimativas de custo pela Diretoria de Aeronáutica Civil, poderá o Aeroclube do Brasil fazer instalações no aeródromo, ou ampliar as existentes atualmente;
- e) as atuais instalações e as que vierem a ser feitas de acordo com a alínea precedente, poderão ser arrendadas a terceiros, para exploração de serviços de interesse do Aeroclube do Brasil ou da aviação em geral, observadas as seguintes condições:

- 1) o arrendamento será objeto de termo de responsabilidade, na conformidade de minuta aprovada pela Diretoria de Aeronáutica Civil e mediante o pagamento de taxas que forem arbitradas, em cada caso, pela Diretoria de Aeronáutica Civil;
- 2) em qualquer tempo o arrendatário terá de desocupar a área arrendada, dentro de 90 dias da notificação que receber e indenizadas as instalações feitas por sua conta, se não forem suscetíveis de remoção;

II - a presente autorização dada ao Aeroclube do Brasil pode ser cancelada em qualquer tempo, a critério do Ministro da Aeronáutica e tendo em vista suas necessidades, condicionado o cancelamento ao aviso prévio de 120 dias;

III - anualmente, findo o exercício financeiro, o Aeroclube do Brasil remeterá à Diretoria de Aeronáutica Civil demonstração da receita e despesa com a administração que lhe é confiada, procedendo a mesma Diretoria à apuração do custo das instalações fixas que tiverem sido feitas pelo Aeroclube;

IV - no caso de cancelamento da autorização objeto deste ato, o Aeroclube do Brasil será indenizado do custo das instalações fixas que tiver feito no aeródromo a contar da data deste ato, de acordo com o que ficar apurado na forma do item precedente;

V - dentro de 60 dias da data da publicação deste ato, o Aeroclube do Brasil procederá de acordo com a alínea e, nº 1 do item 1, em relação aos que assinaram termos de responsabilidade na Diretoria de Aeronáutica Civil para utilização de áreas no aeródromo de Manguinhos, mantidas as condições, constantes desses termos que serão canceladas pela dita Diretoria;

VI - até ulterior deliberação, a área e as instalações da Navegação Aérea Brasileira S.A. (NAB) no aeródromo de Manguinhos não ficam sujeitas ao estabelecido neste ato.

Nero Moura
Ministro da Aeronáutica